

# LITERACIA DO PATRIMÓNIO NATURAL

## NATURAL HERITAGE LITERACY

Hélder Spínola

[hspinola@uma.pt](mailto:hspinola@uma.pt)

Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira

### NOTA BIOGRÁFICA

É doutorado em biologia molecular e professor auxiliar convidado na Universidade da Madeira, onde leciona disciplinas na área do ambiente e é investigador no Centro de Investigação em Educação. Publicou mais de trinta artigos científicos em revistas internacionais, destacando-se os seus trabalhos na área da Literacia Ambiental. Foi coautor em oito livros de divulgação do património natural do Arquipélago da Madeira e no livro "Ambiente para Jovens - Aprender e Aplicar". Em 2003 foi eleito presidente da Direção Nacional da Quercus- Associação Nacional de Conservação da Natureza, cargo que ocupou durante seis anos.

## RESUMO

A reaproximação das vivências humanas ao património natural é essencial à sua conservação pois, à medida que nos distanciamos da natureza, as noções sobre a origem e a importância dos recursos que utilizamos vão-se esbatendo. O conhecimento, a atitude e o comportamento são aspetos incontornáveis da literacia do património natural e a sua promoção será sempre mais eficaz se se basear em contextos de aprendizagem autênticos, em que as realidades socioculturais e ambientais enquadrem todo o processo.

O território e os recursos naturais, quer tenhamos ou não, atualmente, consciência disso, entranham-se naquilo que somos, e temos, em termos de património cultural e construído. O relevo, a geologia, a fauna e a flora marcam profundamente a matriz da nossa cultura e do nosso património, mesmo que, agora, corramos o risco de, pela hegemonia da globalização, resumir todo esse viver e significado à musealização e à reprodução folclórica.

**PALAVRAS – CHAVES:** Património; Literacia; Natureza; Ambiente; Conservação.

## ABSTRACT

As we move away from nature, the notion about the origin and importance of the resources we use fade away. The rapprochement between human living experiences and the natural heritage is essential to its conservation. Knowledge, attitude and behavior are intrinsic aspects of natural heritage literacy. Its promotion will always be more effective if based on authentic learning contexts in which the socio-cultural and environmental realities frame the whole process.

Territory and natural resources are embedded in our cultural and built heritage. Orography, geology, fauna and flora profoundly marks the matrix of our culture and heritage, even if we now, due to the hegemony of globalization, risk to resume it to musealization and folk reproduction.

**KEYWORDS:** Heritage; Literacy; Nature; Environment; Conservation.

## INTRODUÇÃO

O espaço mais habitual para o uso do vocábulo ‘património’ é o contexto cultural, associado ao conceito de herança material e imaterial, transmitido de geração em geração, merecedor de valorização e proteção por parte das comunidades, e resultado de um processo de construção social (Blake, 2000; Zanirato, 2018). No entanto, o conceito de ‘património’ não se resume à criação cultural humana, sendo também o conjunto de recursos do planeta herdados pelas atuais gerações e, em particular, os seus mais relevantes elementos físicos, biológicos e geológicos, incluindo os habitats de espécies da fauna e da flora, e áreas com valor científico, estético e de conservação (UNESCO, 1972). Exemplo reconhecido de património natural na ilha da Madeira é a floresta Laurissilva, classificada desde 1999 como Património Mundial Natural pela UNESCO, mas também, a Reserva da Biosfera no concelho de Santana.

Pela sua importância na disponibilização de recursos e serviços vitais à sobrevivência humana, aos quais acrescem também os muitos meios que permitem alavancar os nossos níveis de qualidade de vida, o património natural impõe-se como base essencial para a vida de toda a humanidade, e de qualquer comunidade em particular. Além disso, o património natural é profundamente definidor do cultural, um aspeto muito evidente quando analisamos a realidade do arquipélago da Madeira. Na medicina popular há toda uma relação íntima com a natureza indígena da Madeira, com a utilização tradicional da biodiversidade local para diversos fins, desde o fungo madre-louro em infusões, até à utilização das bagas de loureiro para a produção de azeite de louro. Na gastronomia, esta relação evidencia-se com a tradicional espetada, em espeto de louro, ou com a utilização de determinadas espécies na alimentação, como as lapas e o peixe-espada-preto. No caso do peixe-espada-preto, um peixe de profundidade cuja captura no mundo se iniciou nos mares da Madeira, há

todo um processo de pesca tradicional desenvolvido, tendo em conta as características específicas desta espécie e do seu habitat. Também a caça à baleia, atividade extinta para proteção dos cetáceos e que hoje é uma memória recordada no Museu da Baleia, na freguesia do Caniçal, foi uma atividade inerente às características naturais específicas do arquipélago. Ao nível do património construído, vejamos, por exemplo, a típica paisagem agrícola madeirense, marcada pela extraordinária obra que são os socalcos ou poios. Este património construído foi definido e moldado pelas características naturais da Madeira, primeiro pela necessidade da sua existência, devido ao relevo acentuado e à importância de conter os solos, e, segundo, pelo próprio material geológico utilizado na construção dos muros, a rocha basáltica, que resulta da própria génese vulcânica da ilha. O mesmo se pode dizer em relação aos cerca de 1400 quilómetros de levadas construídos numa ilha tão pequena como é a Madeira. Estes canais são hoje considerados um dos elementos patrimoniais mais valiosos que temos, os quais, além de continuarem a cumprir o seu propósito original, que é o de transportar água, ganharam novas funcionalidades, principalmente ao nível do turismo. As levadas surgem na ilha da Madeira porque, apesar de não existir carência de recursos hídricos, o transporte da água até aos campos de cultivo, engenhos e povoados constituiu, desde o início do povoamento, um enorme desafio. Por um lado, o relevo acidentado e, por outro, a assimetria norte-sul no uso e na disponibilidade destes recursos exigiram o desenvolvimento desta extraordinária rede de levadas (Spínola, 2016). Muito do património edificado na Madeira tem em si impregnados os valores naturais locais, nomeadamente nos materiais de construção, destacando-se, como exemplo, a enorme riqueza em cantarias na Sé do Funchal e a madeira de cedro utilizada nos seus tetos (Silva & Gomes, 2016).

Apesar da importância do património natural, ao longo das últimas décadas, têm se acentuado as ameaças que põem em causa a sua disponibilidade para as atuais e futuras gerações. As alterações climáticas são o corolário dessas ameaças e constituem a prova real de que a ação humana pode ter efeitos devastadores sobre o planeta (Butler, 2018).

A preservação do património natural pressupõe profundas mudanças na forma como as sociedades humanas vivem e estão organizadas. O atual modelo, baseado num consumismo crescente e intensivo, esbarra nos limites do próprio planeta, tornando impossível à natureza a reposição dos recursos, dada a forma e a velocidade com que são explorados. Por outro lado, os elevados níveis de poluição hoje produzidos pela humanidade ultrapassam em muito a capacidade da biosfera em depurá-los. Invariavelmente, a destruição do património natural e os desequilíbrios associados a esse processo estão intimamente associados ao elevado consumo de recursos e à excessiva produção de poluição por parte da humanidade, e, em particular, das sociedades mais industrializadas. Assim, reverter o caminho de degradação que o património natural tem sido seguido, implica uma aposta eficaz na promoção da literacia ambiental em toda a sociedade, trabalho este centrado numa abordagem educacional que garanta os conhecimentos, as atitudes e os comportamentos necessários à manutenção dos equilíbrios naturais (Spínola, 2015).

## A LITERACIA AMBIENTAL

A literacia ambiental é o objetivo da educação ambiental e pressupõe, além do conhecimento e da compreensão de conceitos, um conjunto de disposições cognitivas e afetivas, e de habilidades e capacidades, associado às necessárias estratégias comportamentais subjacentes à aplicação na tomada de decisões em diversos contextos relativos ao ambiente (Hollweg et. al., 2011). Numa definição simplificada, a literacia ambiental pode ser entendida como sendo constituída por quatro componentes relacionados entre si: conhecimento, disposição, competências e comportamento ambientalmente responsável (Cook & Berrenberg, 1981; Hollweg et. al., 2011; Hungerford & Volk, 1990; Stern, 2000). Apesar desta simplificação, cada um destes quatro componentes encerra uma estrutura complexa que necessita ser tomada em consideração nas práticas de educação ambiental,

nomeadamente o facto de, entre outros, o conhecimento incluir os sistemas físicos, ecológicos, sociais, culturais e políticos à disposição, envolver sensibilidade, atitude, responsabilidade pessoal e motivação, das competências implicarem identificar, analisar, investigar, avaliar e resolver questões ambientais, e do comportamento ambientalmente responsável incluir práticas de ecogestão, persuasão, ação do consumidor sobre a economia, ação política e ação legal (Hollweg et. al., 2011). Devido à sua complexidade, quando se pretende avaliar a literacia ambiental e, para esse fim, incluir nos instrumentos utilizados as suas componentes mais importantes, são considerados três aspetos principais: o conhecimento, a atitude e o comportamento (Igbokwe, 2012). Desta forma, contrariando o senso comum, a literacia ambiental vai muito além das competências cognitivas (conhecimento), pressupondo a sua integração com a dimensão afetiva (atitude) e ativa (comportamento), resultando numa transformação individual e social fundamental no processo de ajustamento à necessidade de salvaguardar os equilíbrios naturais (Wilke, 1995). Neste contexto, e à falta de uma autonomização mais específica, a literacia do património natural pode definir-se no contexto já apresentado para a ambiental, mas referindo-se a esta área temática em particular.

## PROMOVER A LITERACIA DO PATRIMÓNIO NATURAL



Promover a literacia do património natural, à semelhança da literacia ambiental em geral, é um dos objetivos da educação ambiental. Mas, como fazê-lo de forma eficaz? O contexto ideal para o desenvolvimento da literacia do património natural é a própria natureza, através do envolvimento de todos na implementação de medidas

para a sua proteção (Lucas, 1979). As pessoas devem ter a oportunidade de resolver, de forma ativa e democrática, questões ambientais ao nível local, de modo a que entendam a relação com a sua própria vida e se sintam encorajadas pelo sucesso das suas ações (Uzzell et. al., 1995). Nesse sentido, a literacia do património natural encontra terreno fértil na interação com o meio social e carece de contextos reais de aprendizagem, tendendo a ser mais elevada quando é promovido o contacto direto com a natureza e o envolvimento na resolução de problemas, e quando todo esse processo é mediado por alguém visto como modelo/referência (Brody & Storksdieck, 2013). Acresce que o esforço de promoção da literacia do património natural não se pode restringir às faixas etárias em idade escolar, sendo necessário que se constitua num processo de aprendizagem permanente e mantido ao longo da vida, envolvendo, necessariamente, toda a sociedade (Schmidt et. al., 2011). Infelizmente, as práticas de educação ambiental têm estado encerradas dentro da escola e raramente envolvem a comunidade, uma realidade que dificulta em muito a promoção da literacia do património natural (Guerra et. al., 2008). Acresce que o comportamento, além de ser a componente da literacia do património natural que, na prática, efetiva melhorias relevantes para a sua conservação, é também a mais complexa e difícil de transformar pois, mais do que no conhecimento, está enraizado em valores, normas (sociais e pessoais) e convicções (fatores sociais e afetivos), além de aspetos mais práticos e racionais como o custo-benefício para o indivíduo, ou mesmo os constrangimentos práticos que possam existir para a sua adoção (McDonald, 2014). Dadas a complexidade e a diversidade dos aspetos que determinam a adoção de comportamentos essenciais à manutenção dos equilíbrios naturais, a forma mais eficaz de capturar todo esse conjunto de variáveis é desenvolver os processos de educação ambiental em contextos socio-culturais reais.

## O AFASTAMENTO DA NATUREZA



Apesar do sucesso da educação ambiental estar dependente do envolvimento, da interação e do contacto direto com o património natural, é hoje notório que as sociedades estão cada vez mais arredadas da natureza. Tanto assim é que, atualmente, já foram identificados efeitos preocupantes sobre a saúde física e mental das crianças devido a essa falta de contacto com o contexto natural e, em oposição, ao tempo excessivo passado entre muros (Louv, 2005). Além das consequências para a saúde, esta perda de contacto com o espaço exterior tem resultado também numa menor ligação física e emocional ao mundo natural, levando, conseqüentemente, a que seja menor o desejo de participar ativamente na sua proteção (Louv, 2005).

Efetivamente, embora toda a humanidade continue dependente dos recursos proporcionados pelo património natural, as vivências nas sociedades modernas estão cada vez mais desligadas de todo o processo que os disponibiliza para consumo ou usufruto. Vários exemplos da evolução das vivências na sociedade madeirense ilustram esta realidade, podendo destacar-se a alimentação, o vestuário e a habitação. Atualmente, grande parte dos madeirenses não participa no processo de produção dos alimentos que consome, particularmente no seu cultivo ou na sua criação, mas também, cada vez mais, na sua própria confeção. O acesso aos bens alimentares é feito, em grande medida, através das prateleiras das grandes superfícies comerciais, com os produtos, muitas vezes, já disponibilizados com um elevado grau de processamento, tornando irreconhecível a sua origem e o seu aspeto original. Atrás das cortinas, antes dos alimentos chegarem à vista do consumidor, fica escondido todo o processo de produção e a sua dependência direta de solo, água e recursos biológicos vários, além das suas consequências na própria degradação do património

natural. Noutros tempos, devido ao envolvimento generalizado da população numa agricultura de subsistência, estava bem presente a importância do solo e, por isso, edificaram-se os poios para segurá-lo, e da água, tendo-se construído milhares de quilómetros de levadas para permitir o seu aproveitamento. A vivência e as necessidades diárias obrigavam a uma relação direta com o património natural, traduzindo-se num contacto físico e cultural que promovia a noção do seu real valor para as necessidades humanas.

O mesmo sucede em relação à roupa que hoje vestimos. O pronto-a-vestir acabou com a noção, junto do cidadão comum, sobre a origem das fibras, naturais ou artificiais, para o fabrico dos tecidos, ou mesmo a origem dos produtos de tinturaria. Na Madeira, há algum tempo, era comum as comunidades controlarem o processo de produção do seu vestuário, produzindo lã e linho, garantindo o fabrico dos tecidos e, posteriormente, costurando as próprias roupas. Asseguravam, inclusive, a reciclagem das roupas velhas, produzindo cobertas e tapetes de retalhos. Hoje, com o distanciamento em relação a todo este processo, esbate-se a relação entre o que vestimos e o património natural que nos envolve, além de que, com a globalização, a própria origem deste tipo de recursos já nem é regional.

O acesso a uma habitação é hoje, maioritariamente, dependente do aluguer ou da aquisição, sem participação no processo de construção que se profissionalizou e que incorpora poucos recursos locais. No passado, os próprios utilizadores, em conjunto com a comunidade local, asseguravam o processo de construção da habitação, utilizando para esse efeito conhecimento e recursos locais, incluindo pedra basáltica, colmo de trigo e madeira da floresta mais próxima. As típicas casas de colmo, das freguesias de Santana e São Jorge, ou as casas de salão na ilha do Porto Santo, são um bom exemplo desta relação próxima entre a edificação das habitações e os recursos naturais locais, além do seu enquadramento sociocultural.

## A VIVÊNCIA E A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL



Num momento em que a vivência das comunidades se concentra nos espaços urbanos e cada vez menos se cruza com as realidades naturais, torna-se mais difícil obter o apoio e o envolvimento prático na preservação do património natural. As exigências crescentes de produção e consumo esbarram com a necessidade de reservar recursos e espaços físicos para a proteção da biodiversidade. Acresce que a conservação da natureza ainda está muito associada à ideia de jardim zoológico e à percepção de que as nossas opções diárias nada têm a ver com o assunto (Ojalammí & Nygren, 2018). Na verdade, é o nosso estilo de vida, inclusive no interior das cidades, que põe em causa a preservação do património natural, por via das consequências resultantes da exploração intensiva dos recursos que consumimos. Assim, desenvolver projetos de conservação da natureza, dirigidos a ecossistemas ou espécies em particular, sem a eles associar estratégias de educação ambiental que possibilitem mudanças na sociedade, é um trabalho profundamente incompleto.

Porque as suas ameaças advêm dessas realidades, a proteção do património natural implica trabalhar as vivências das comunidades. Por exemplo, se, no passado, os incêndios florestais possuíam características muito diferentes, na Madeira e no País, isso deve-se, além da influência das alterações climáticas, à diferente relação das comunidades com a floresta e, mesmo, com os espaços rurais. O abandono da atividade primária fez perder as paisagens em mosaico, tornando-as homogêneas e contínuas, e, dessa forma, deixando-as à mercê de grandes incêndios, pondo em causa habitações e vidas humanas. A prevenção dos incêndios e, conseqüentemente, a preservação de todo o património natural ameaçado por este problema requer a recuperação de atividades primárias ligadas ao território e, necessariamente, mudanças no estilo de vida das comunidades.

Outra situação que evidencia esta mesma realidade é a proliferação de plásticos no mar, um problema que se vem a agravar há décadas e que agora atinge o seu expoente máximo com os microplásticos a entrarem na cadeia alimentar. Neste caso, estamos a falar de uma séria ameaça ao património natural cuja minimização obriga a alterações profundas na forma como respondemos às nossas necessidades diárias, nomeadamente no que diz respeito ao uso de embalagens e produtos descartáveis ou à gestão dos resíduos produzidos. Exemplo evidente da gravidade deste problema é a recente descrição da formação de crostas de plástico sobre rochas no litoral da ilha da Madeira, situação com riscos potenciais para a contaminação da cadeia alimentar (Gestoso et. al., 2019).

Assim, torna-se claro que a proteção do património natural está dependente, para o bem e para o mal, da forma como as sociedades humanas vivem, sendo a esse nível, através da promoção de uma cultura ecológica, que surge a possibilidade de alterar o rumo de perda que estamos a seguir.

## CONCLUSÃO

O património natural não pode ser visto como um contexto estranho à vivência das comunidades humanas, muito pelo contrário. Além dos aspetos inerentes à satisfação das necessidades básicas da sua existência, como a alimentação e o abrigo, mas também de outras, como as de conforto e lazer, o património natural está na base da construção cultural humana. Apesar desta marca de essencialidade para a nossa vida, a degradação e a perda de património natural têm sido uma constante, em particular nas últimas décadas. Sabendo que a preservação dos valores naturais está, para o bem e para o mal,

condicionada pela atividade humana, torna-se incontornável que a vivência das comunidades se imbua de uma nova cultura ecológica. Tendo por base a promoção da literacia do património natural, fazendo evoluir os conhecimentos, as atitudes e os comportamentos, e, para esse efeito e trabalhando nos contextos socioculturais reais das comunidades, é possível reaproximar as nossas vivências à natureza e ao território, reestabelecendo pontes essenciais à recuperação dos equilíbrios naturais. Desta forma, a educação ambiental para a promoção da literacia do património natural e, por essa via, como contributo para a preservação dos recursos naturais, pressupõe o envolvimento de toda a comunidade na recuperação da sua relação cultural com o meio envolvente. Mesmo que limitada, em parte, a objetivos pedagógicos, a recriação e envolvimento da comunidade nos processos de aproveitamento dos recursos naturais locais, desde a matéria-prima até ao produto acabado, e respetiva utilização, assim como na gestão dos desperdícios associados, constitui uma ferramenta essencial para a consciencialização e para a promoção de práticas que contribuam para a preservação do património natural. Assim, com um maior envolvimento da comunidade em todo o processo de utilização dos recursos, a educação ambiental será mais eficaz no seu objetivo de provocar uma transformação cultural que compatibilize o funcionamento da sociedade com os necessários equilíbrios naturais.

## BIBLIOGRAFIA

- Blake, J. (2000). On Defining the Cultural Heritage. *International and Comparative Law Quarterly*, 49(1), 61-85.
- Brody, M. & Storksdieck, M. (2013). *Evaluation and Analysis of Environmental Education Programs, Materials, and Technologies and the Assessment of Learners and Learning*. In: Justin Dillon, Michael Brody, Robert B. Stevenson (eds.). *International Handbook of Research on Environmental Education* (pp. 283-288) New York: Routledge Publishers.
- Butler, C. D. (2018). Climate Change, Health and Existential Risks to Civilization: A Comprehensive Review (1989-2013). *International journal of environmental research and public health*, 15(10), 2266.
- Cook, S. & Berrenberg, J. L. (1981). Approaches to encouraging conservation behavior: A review and conceptual framework. *Journal of Social Issues*, 37 (2), 73-107.
- Gestoso, I., Cacabelos, E., Ramalhosa, P., Canning-Clode, J. (2019). Plasticrusts: A new potential threat in the Anthropocene's rocky shores. *Science of The Total Environment*, 687: 413-415.
- Guerra, J., Schmidt, L. & Nave, J.G. (2008). Educação Ambiental em Portugal: Fomentando uma Cidadania Responsável. *VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. 25 a 28 de junho. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Hollweg, K. S., Taylor, J. R., Bybee, R. W., Marcinkowski, T. J., McBeth, W. C., & Zoido, P. (2011). *Developing a framework for assessing environmental literacy*. Washington, DC: North American Association for Environmental Education.
- Hungerford, H.R. & Volk, T. (1990). Changing learner behavior through environmental education. *The Journal of Environmental Education*, 21 (3), 8-22.
- Igbokwe, A.B. (2012). Environmental Literacy Assessment: Exploring the Potential for the Assessment of Environmental Education/Programs in Ontario Schools. *International Journal for Cross-Disciplinary Subjects in Education (IJCDSE)*, 3 (1): 648-656.
- Louv, R. (2005). *Last Child in the Woods: Saving Our Children From Nature Deficit Disorder*. Chapel Hill, NC: Algonquin Books.
- Lucas, A. M. (1979). *Environment and environmental education: Conceptual issues and curriculum implications*. Melbourne, VIC: Australian International Press and Publications.
- Mcdonald, F. (2014). Developing an Integrated Conceptual Framework of Pro-Environmental Behavior in the Workplace through Synthesis of the Current Literature. *Administrative Sciences*, 4: 276-303.
- Ojalampi, S. & Nygren, N.V. (2018). Visitor Perceptions of Nature Conservation at Helsinki Zoo. *Anthrozoös*, 31 (2): 233-246. DOI: 10.1080/08927936.2018.1434063.
- Schmidt, L., Nave, J.G., O'Riordan, T. and Guerra, J. (2011). Trends and Dilemmas Facing Environmental Education in Portugal: From Environmental Problem Assessment to Citizenship Involvement. *Journal of Environmental Policy & Planning* Vol. 13 (2): 159-177.
- Silva, J.B.P. & Gomes, C.S.F. (2016). Pedra Natural. Entrada para o Dicionário Enciclopédico da Madeira. Projeto Aprender Madeira. Disponível em: <http://aprendermadeira.net/pedra-natural/>. Acedido a 20 de agosto de 2019.

Spínola, H. (2016). Políticas Ecológicas. Entrada para o Dicionário Enciclopédico da Madeira. Projeto Aprender Madeira. Disponível em: <http://aprendermadeira.net/politicas-ecologicas/>. Acedido a 25 de agosto de 2019.

Spínola, H. (2015). A Literacia Ambiental numa Escola sem Muros. In: Fraga, N.S. & Kot-Kottecki, A.F. (org.). *A Escola Restante*. (pp 132-145). Funchal. CIE-UMa. . ISBN 978-989-95857-6-8. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.13/1362>. Acedido a 10 de agosto de 2019.

Stern, P. (2000). Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. *The Journal of Social Issues*, 56 (3): 407-424.

UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation. (1972). Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, 16 November 1972. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/4042287a4.html>. Acedido a 29 agosto de 2019.

Uzzell, D., Rutland, A., & Whistance, D. (1995). Questioning values in environmental education. In Guerrier, Y., Alexander, N., Chase, J., & O'Brien, M. (Eds.), *Values and environment: A social science perspective* (pp. 171-182). Chichester, UK: John Wiley & Sons.

Wilke, R. (Ed.). (1995). Environmental Education Literacy/Needs Assessment Project: Assessing environmental literacy of students and environmental education needs of teachers. Final report for 1993-1995 (pp. 5-6). Stevens Point, WI: University of Wisconsin-Stevens Point.

Zanirato, S. (2018). Patrimônio e identidade. *Revista CPC*, 13(25), 7-33. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33>. Acedido a 01 de janeiro de 2020.